

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.081.070 - SP (2017/0076407-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : SERVIMED COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : MARINA VIEIRA FIGUEIREDO - SP257056
LUCIA PAOLIELLO GUIMARÃES - SP311678
TÁCIO LACERDA GAMA E OUTRO(S) - SP219045A
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : REGINALDO DE MATTOS E OUTRO(S) - SP093172
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos pela SERVIMED COMERCIAL LTDA., por um lado, e pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, de outro, em que pretendem a admissão de seus recursos especiais que desafiam acórdão assim ementado (e-STJ fl. 251):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CRÉDITO VULTOSO. PENHORA INSUFICIENTE. INCAPACIDADE FINANCEIRA COMPROVADA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO COMO CONSEQUÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. Para garantir o constitucional acesso à justiça, os embargos à execução fiscal devem ser recebidos e processados, porque a executada comprovou a sua incapacidade econômico-financeira e o valor da execução é sobremaneira expressivo. Entretanto, aludida situação não autoriza a suspensão do crédito tributário, nos termos do art. 151, II, do Código Tributário Nacional, na extensão de efeitos postulada pela recorrente. Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça. Decisão reformada em parte. Recurso parcialmente provido.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo n. 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, analiso, por primeiro, o agravo fazendário.

Como cediço, não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Essa é a inteligência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973. Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

In casu, da análise dos autos, verifico que a parte agravante deixou de impugnar especificamente o fundamento referente à aplicação da Súmula 280 do STF (e-STJ fl. 334).

Superior Tribunal de Justiça

Incide, pois, por analogia, o óbice estampado na Súmula 182 do STJ.

Passo, doravante, à análise do agravo da empresa.

O Tribunal de origem obstou o apelo nobre por entender incidir a Súmula 7 do STJ e inexistente similitude fática entre os julgados confrontados (e-STJ fls. 335/336); fundamentação essa com a qual não concorda a agravante (e-STJ fls. 342/353).

Preenchidos os pressupostos legais, conheço do agravo e, de imediato, examino o apelo nobre, constante às e-STJ fls. 277/288, em que a contribuinte, apontando divergência jurisprudencial e violação dos arts. 273 e 739-A, § 1º, do CPC/1973 e do art. 151, V, do CTN, sustenta, em resumo, que a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução e o preenchimento dos pressupostos para concessão da tutela antecipada autorizam a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Pois bem.

Do que se observa, o recurso especial não merece ser mesmo admitido, uma vez que os dispositivos de lei federal tido por violados, bem como as teses neles respaldadas, não foram efetivamente enfrentados no acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STF.

Não o bastante, no contexto do autos, a análise quanto ao preenchimento dos pressupostos autorizadores para a concessão da tutela antecipada pressupõe reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. A esse respeito, *vide*: REsp 1.684.559/RJ, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 09/10/2017; AgRg no AREsp 749251/DF, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/06/2016.

Ante o exposto: **(I) NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial da Fazenda Pública (art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ); **(II) CONHEÇO** do agravo da empresa para **NÃO CONHECER** de seu recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator